

Credores tentam envolver Tancredo antes da posse

Os banqueiros internacionais estão dificultando da forma que podem o governo Figueiredo, tanto através do FMI, relutando na aprovação da nova carta de intenções do Brasil, como na renegociação da dívida externa, que é dependente "de acordo" do fundo. Com experiência secular em negócios com governos, os banqueiros internacionais provavelmente estão tentando criar um clima em que o futuro presidente, Tancredo Neves, seja envolvido nos compromissos que serão fechados pelos atuais ministros.

A ida de Francisco Dornelles a Paris para conferenciar com Jacques Larosiére, diretor executivo do Fundo Monetário Internacional já deve estar dentro do esquema dos banqueiros, na intenção clara de buscar um compromisso do governo Tancredo Neves, qualquer que seja, não se podendo subestimar a experiência dos bancos que operam no mercado internacional, quando se sabe que banqueiros como os Rostchild já colaboraram para que um governante, como Napoleão, perdesse a guerra ao negar-lhe crédito para aquisição de armas.

Nesta fase de negociação, o atual governo está correndo graves riscos, com desvantagens oriundas dos seus desgastes de três anos de crise financeira. O próximo governo entra sem este lado negativo, caso consiga permanecer integralmente alheio às pressões que receberá nos próximos dias de órgãos internacionais. Com apenas 30 dias para encerrar suas atividades, o governo Figueiredo tem de enfrentar a fúria do FMI em Washington, que reluta em aprovar a carta de intenções com estimativas ultrapassadas. O "estouro" de 38 por cento da base monetária em dezembro é o maior empecilho. Como numa corrente, sem o aprovo do FMI o Clube de Paris não inicia a renegociação dos seus créditos e os banqueiros de Nova Iorque condicionam o início da consulta aos nossos credores para o novo acordo ao "sinal verde" daquele órgão, como agravante, para que se consiga aparar tantas arestas em apenas um mês, o caso "SUNAMAM" leva alguns banqueiros europeus a afirmarem que sem a solução desses créditos não irão aderir à renegociação da nossa dívida.

Dificultando ainda mais o problema de tempo do atual governo, surgem os novos "estouros" de instituições financeiras, nunca previstas pela confessada falta de condição do Banco Central de fiscalizar tais entidades. o

que tira de campo o negociador de nossa dívida externa, o presidente do BC, Affonso Pastore, que tem de permanecer no Brasil para tentar apagar este incêndio. Automaticamente, foi substituído pelo ministro Ernane Galvêas, que retornava de uma conferência em São Domingos, com escala em Nova Iorque pela ausência de vãos de São Domingos para o Brasil, mas lá irá permanecer para tentar concluir um acordo com William Rhodes no City Bank.

Como apenas no Brasil tem carnal esta semana, o FMI e os banqueiros continuarão suas negociações neste período, mas todos ansiosos por pedir conselhos ao Riacho Fundo, que, por precaução, deveria ficar com os seus telefones desligados até o dia 15 de março, porque as ligações internacionais tentarão localizar o futuro presidente para ouvir promessas.

Não se trata de Tancredo Neves negar qualquer auxílio a um governo exaurido, o importante é que os banqueiros fiquem conscientes de que a partir de 15 de março tem início a "Nova República", com novos interlocutores, porque a "Nova República" não pode se restringir ao consumo interno, tem de alastrar-se pelos campos de outras terras, por mais distantes que sejam.

Nas Minas Gerais, os nossos avós já nos ensinavam que, para negócio difícil, coloque o dedo na ferida do algoz e ocorra o que ocorrer não tire o dedo da ferida, porque um pequeno descuido ele dá a volta e nos engole. A ferida dos banqueiros é a mudança de sistema de governo no Brasil, a Oposição assumindo o controle de uma economia sobre a qual eles reinaram nos últimos 20 anos, sempre alcançando as suas exigências.

O presidente Tancredo Neves não dará ouvidos a conselheiros inexperientes para tirar o dedo da ferida e participar — mesmo indiretamente — dessas negociações. Jamais iria contrariar as tradições mineiras que, embora não sejam tão experientes como a dos banqueiros oriundos dos Médici, da Itália, nos permitiram desconfiar com mais agudeza de propostas vestidas de ouro e diamantes, mas geralmente com material falso. Se o atual governo transferir esta renegociação para a "Nova República", aí sim, se dará a ela o tratamento que merece, com novas exigências.

Heitor Tepedino